



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Cabo Frio

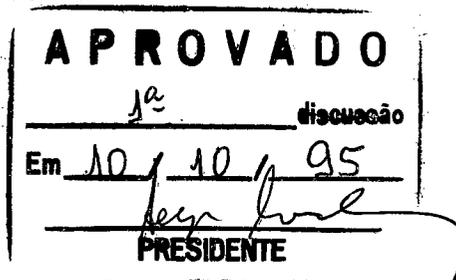
1

Requerimento Nº 0106/95

Em 9 de Outubro de 1995

DISPÕE SOBRE OUTORGA DE MOÇÃO DE APOIO A PROPOSTA ENCAMINHADA PELOS TRABALHADORES DA CERJ AO GOVERNADOR DO ESTADO.

Exmº Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cabo Frio.



Apresentamos à Mesa Diretora, ouvido o Plenário e dispensadas as demais formalidades regimentais, MOÇÃO DE APOIO à proposta encaminhada pelos trabalhadores da CERJ, através de suas entidades de classe, ao Governador do Estado do Rio de Janeiro, na qual apresentam como solução para os problemas da Empresa, a gestão participativa, em alternativa à proposta de privatização ora em tramitação na ALERJ. Que seja dado conhecimento desta ao Governador do Estado, às lideranças partidárias e a Presidência da ALERJ.

SALA DAS SESSÕES, 9 de Outubro de 1995.

Alfredo Luiz da Rocha Barreto
Vereador - Autor

J U S T I F I C A T I V A

Em carta endereçada ao Governador do Estado do Rio de Janeiro, datada de 18 de setembro de 1995, os trabalhadores da CERJ afirmam:

"A CERJ serve a 57 (cinquenta e sete) municípios do Estado do Rio de Janeiro, que correspondem a 73% do seu território, com 1,2 milhões de consumidores e 4,1 milhões de habitantes. Sua função fundamental é viabilizar o desenvolvimento econômico-social em regiões do Estado onde, pela lógica capitalista, as empresas privadas jamais demonstraram ou demonstrarão interesse em atuar. Tal afirmação é facilmente comprovável pela história recente brasileira, onde se pode constatar que foram, essencialmente, as empresas estatais as responsáveis pelo desenvolvimento do país e dos estados.



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Cabo Frio

2

Requerimento nº 106/95.

A CERJ, em nenhum momento de sua existência, necessitou de recursos financeiros próprios do Estado para o cumprimento de seus deveres para com os seus consumidores; muito pelo contrário, os recursos da empresa é que, a partir de alguns anos passados, serviram a questionáveis e prejudiciais objetivos pessoais e de interesses político-partidários, após compulsoriamente carreados para o Fundo da Dívida Pública do Estado (Caixa Único), em detrimento dos investimentos urgentemente necessários para a modernização e ampliação do sistema elétrico.

A experiência acumulada por nós, Empregados, profissionais do setor elétrico em décadas de serviços prestados à Empresa, permite-nos garantir que a CERJ é viabilíssima e capaz de cumprir, no mais elevado padrão de qualidade, os seus deveres para com os seus consumidores e com o Estado.

É claro que nossa afirmação é condicional, dependente da Empresa poder contar com uma administração séria, competente e profissional, capaz de dedicar-se em tempo integral, não somente à solução dos graves problemas ora existentes no curto prazo, mas nas ações de longo prazo para a consolidação da Empresa no cenário energético nacional.

É necessário ressaltar que tais problemas, que atualmente vêm atingindo tão profundamente a CERJ, não tiveram a sua origem nos empregados mas, sim, em desastrosas administrações incompetentes impostas à Empresa pelo próprio Governo do Estado."

Assim, considerando que ainda persistem sem solução os problemas que afetam o desempenho normal da Empresa, os trabalhadores da CERJ propõem-se a assumir em conjunto com o Poder Público Estadual e Municipal a gestão da Empresa, como única forma de assegurar o patrimônio do Estado e o pleno desenvolvimento econômico das regiões atendidas pela CERJ.

SALA DAS SESSÕES, 9 de Outubro de 1995.

Alfredo Luiz da Rocha Barreto
Vereador - Autor